

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 432, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

Homologa a Ata nº 02/2019 do Conselho de Administração do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN/PA).

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e VII, alínea "a", da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto no art. 16, parágrafo único, da Lei Estadual nº 7.594, de 28 de dezembro de 2011;

Considerando que a matéria de que trata este Decreto foi submetida à apreciação e julgamento, merecendo aprovação à unanimidade dos Conselheiros presentes na Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN/PA), realizada em 11 de julho de 2019;

Considerando as informações constantes do Processo nº 2019/401077, **D E C R E T A:**

Art. 1º Fica homologada a Ata nº 02/2019 do Conselho de Administração do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN/PA), a qual aprovou a implantação das Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRANS) nos Municípios de Juruti/PA e Viseu/PA, bem como aprovou a reclassificação das CIRETRANS de Bragança/PA e São Félix do Xingu/PA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 4 de dezembro de 2019.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

ATA Nº 02/2019 REUNIÃO DO CONADM/DETRAN-PA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2019, ÀS 10H45.

Aos 11 dias, do mês julho de 2019, às 10h45, no Gabinete da Diretoria Geral, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, sito à Rod. Augusto Montenegro, Km 03, s/n, Mangueirão, realizou-se a reunião do Conselho de Administração do Detran-PA, presidido por seu presidente Dr. Marcelo Lima Guedes, com a presença dos seguintes membros: Luiz Paulo, Diretor da DAF; Joércio F. Barbalho, Diretor da DRHCRV; José Bento Gouveia Junior, Diretor da DTO; Haroldo Alencar de Sousa Neto, Diretor DTI; Marcelo do Socorro Silva Faria, Coordenador CNCIR; João de Aquino Pinto Neto, Procurador Chefe; Maurício José F. da Conceição, Servidor do Detran-PA; Evandro Dênis Machado Sampaio, Servidor Detran-PA; e Valter Aragão, Coordenador da CNP, para tratar das seguintes pautas: Implantação de novas CIRETRANS, e transformação da condição de CIRETRANS do tipo "B" para tipo "A", e o que ocorresse. Para secretariar, foram convidados o Coordenador de Comunicação Carlos Eduardo Vilça, e o Chefe de Grupo Danilo Costa D. Castro. A convite do presidente para a composição da mesa, o Sr. Marcelo Lima Guedes iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, falou das CIRETRANS que já estão criadas e precisam ser implantadas: Marituba, Rurópolis, São Domingos do Araguaia e Ulianópolis, e explicou que já entrou em contato com o prefeito de Marituba. Outro ponto que o Presidente falou foi sobre a demanda de deslocamento (Alterar São Félix do Xingu de categoria B para categoria A), pois as peculiaridades geográficas do Estado dificultam o deslocamento para Redenção, para tirar, por exemplo, a CNH, entre outros serviços. Marcelo Lima Guedes informou também que desde a sua posse já havia discussão sobre um alcance maior do Detran nos municípios, ressaltando o déficit no controle sobre a segurança e que se faz necessário chegar nessas localidades, além da questão da arrecadação. O Sr. Evandro Dênis Machado Sampaio, servidor do Detran, falou sobre o acompanhamento da dinâmica em cada CIRETRAN, externando sua preocupação com a defasagem de servidores e informando que existem ainda 715 (setecentos e quinze) cargos vagos, sendo que quando se fala de implantação e transformação em mudança de categoria talvez o quadro de servidores não seja suficiente, devendo o órgão trabalhar a perspectiva não só de material humano, mas também de infraestrutura para a padronização do atendimento pois historicamente os setores são fragmentados. Segundo o servidor, um estudo está sendo realizado para checar as necessidades de cada setor com vista a um concurso público em caráter de urgência, com uma expectativa de que pelo menos 350 (trezentos e cinquenta) cargos, principalmente de atendimento e na vistoria, sejam preenchidos. Em seguida, o Sr. Valter Aragão, Coordenador da CNP, falou que as vagas para historiadores são 210 (duzentos e dez)

por lei e o Detran finalizou o ano de 2016 com 114 (Cento e quatorze); já para assistente de trânsito são 440 (Quatrocentos e quarenta) por lei e fechou o ano com 232 (Duzentos e trinta e dois) no final de 2016. Foi comentado pelo diretor da DTI, Haroldo Alencar de Sousa Neto, a criação de novos cargos, como analista de segurança de informação, ressaltando sua importância para o órgão.

Ainda sobre o tema de concurso, o Sr. Joércio F. Barbalho, Diretor da DHCRV, comentou que seria interessante que ele fosse regionalizado, para não se inaugurar CIRETRANS, com déficit de pessoal. O Sr. Valter Aragão, Coordenador da CNP, ratificou, dizendo que nada impede a criação de novas unidades, mas que a implantação viria depois, com planejamento. O Sr. João de Aquino P. Neto, Procurador Chefe, ressaltou a questão do curso de deslocamento, de se retirar um servidor de um município e levá-lo para outro. A partir daí, o Sr. José Bento G. Junior, Diretor da DTO, entrou no tema "tecnologia" e perguntou para o Sr. Haroldo Alencar S. Neto, Diretor da DTI, sobre o Art. 21 e como a tecnologia pode auxiliar o usuário, no sentido de evitar ao máximo o deslocamento dele para o órgão. Ele afirma que essa ferramenta existe em outros Detrans, com vários serviços pela internet. O Diretor da DTI disse que, sim, a demanda pode ser otimizada e que existem vários outros projetos na DTI visando a facilidade para o usuário, como o Sisdat, em relação ao levantamento de acidentes, mas que ainda faltam estudos sobre como e onde a tecnologia pode auxiliar o usuário e que melhorias ela pode trazer de fato e em quais setores seria mais eficaz. O Presidente, Sr. Marcelo Lima Guedes, comentou que já tinha conversado com o Sr. Haroldo Alencar S. Neto, sobre algumas plataformas para melhorar a parte tecnológica do Detran, como o site, por exemplo, que deveria ter a opção de parcelamento do cartão de crédito. O Sr. Joércio F. Barbalho, Diretor da DHCRV, pede a palavra e indaga sobre a questão dos convênios de cooperação entre o Detran e outros órgãos, na fiscalização, que, para ele, confundem as responsabilidades e ele não vê o retorno disso para o Detran. Segundo ele, a tendência é de que o Detran seja cada vez mais "cartorial", já que não enxerga bem o retorno financeiro das fiscalizações. O Sr. Valter Aragão, Coordenador da CNP, informa que o pagamento de boletos de infração são a 3ª fonte de arrecadação do órgão. O Sr. Bento Gouveia, diretor da DTO, resalta que a função do agente deveria ser mais de "operação" do que "fiscalização", que essa segunda parte poderia ter mais investimentos em tecnologia, com radares, balanças, OCR. Ele se pergunta porque não há no Detran um projeto licitatório do tipo, deixando o agente de trânsito com um perfil técnico e a fiscalização passando a ser, em grande parte, eletrônica - exceção feita à Lei Seca. O Sr. Valter Aragão, coordenador da CNP, diz que essa é uma tendência mundial. O Sr. Bento Gouveia, diretor da DTO, completa dizendo que não se pode pensar em concurso público sem análise das questões tecnológicas, visando um Detran mais enxuto, com servidores melhor remunerados e o órgão instrumentalizado. A seguir, o Sr. Valter Aragão, coordenador da CNP, falou que a JARI, (Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito) precisa ter mais rapidez nos processos que estão parados. O Sr. Joércio F. Barbalho, falou que pela lei existe um prazo para entrar com tais recursos e que muitos podem estar fora da validade. O Sr. João de Aquino P. Neto, Procurador Chefe, falou que o setor está se modernizando e que o atraso está em média de apenas 2 (dois) a 3 (três) meses, que é um tempo razoável, por conta de extensa demanda. O Procurador Chefe também afirmou que, pela lei, se recorrer e a JARI não julgar em 45 (Quarenta e cinco) dias, o Detran é obrigado a dar o efeito suspensivo, o que pode levar várias pessoas a tentarem essa brecha para conseguir o efeito suspensivo. O Sr. João de Aquino P. Neto falou ainda que existem casos que precisam ser revistos, como, por exemplo, multa não notificada, pois para esse casos o prazo não pode valer e teriam de que ser retirados do "bolo", com um tratamento diferenciado. O Presidente, Marcelo Lima Guedes, complementa o raciocínio, dizendo que é preciso melhorar a tecnologia inclusive nesse ponto, com o usuário podendo pagar seus boletos via internet e celular, além de que o órgão precisa ir atrás dos inadimplentes e que, durante três meses, voltará a mandar o boleto pelos Correios. O Sr. Valter Aragão acrescenta que alguns não pagam por esquecimento e que seria interessante avisá-los via e-mail, com os membros da mesa, por unanimidade, acatando a proposta de se colocar o e-mail como campo obrigatório no cadastro dos usuários, para se ter mais controle, discutindo-se ainda uma forma de validação desse e-mail, como SMS ou outra tecnologia envolvida. O Sr. Evandro Sampaio reforça a necessidade de investir em tecnologia pois são ferramentas que só melhoram e evoluem o atendimento, mas que ela é complementar à vida do servidor e do usuário, retornando à preocupação de um concurso público para pelo menos 40 ou 50% de cargos vagos, principalmente nas áreas de atendimento aos usuários, como vistoria (principalmente nos interiores - regionalizados). O Presidente, Marcelo Lima Guedes, falou que está ciente sobre essa necessidade, mas que está sendo analisada também a questão orçamentária do órgão, além de se analisar o caso de servidores